

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 13 de julho de 2022 - Ata n.º 68.

Aos treze dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, às nove horas, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.^a Secretário) e **Dr. Batista** (na função de 2.^o Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **68.^a Sessão Ordinária da 4.^a Sessão Legislativa da 19.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta quarta-feira. Solicito ao Sr. 2.^o Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.^o SECRETÁRIO (Deputado Dr. Batista – UNIÃO): Sim, Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.º 67, de 12 de julho de 2022.) Era só o que constava na Ata, Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.^o Secretário se há expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, antes de tudo, queria fazer um comunicado à Casa. Dizer que ontem, mais uma vez, passou um Furacão por Curitiba e o Clube Athletico Paranaense venceu o Bahia Esporte Clube pelo placar de dois gols a um – belíssimos gols, aliás, anotados na fase final, sempre com emoção para a torcida rubro-negra. O Clube Athletico Paranaense, Deputados, está disputando agora, está nas quartas de final da Copa Libertadores da América e nas quartas de final da Copa do Brasil, além de estar obviamente disputando o Brasileirão, ou seja, futebol feito com paixão mais ao mesmo tempo com grande profissionalismo e isso devemos muito à liderança do empresário Mário Celso Petraglia e de toda a diretoria que integra o Clube Athletico Paranaense. Então, os meus parabéns à grande torcida rubro-negra, que mais uma vez deu uma grande demonstração, mais de 26 mil torcedores. Foi magnífico ver mais uma vez a festa da torcida, a comemoração e vamos seguindo em frente. Então, fica o comunicado a todas as Sr.^{as} e Sr.^s Parlamentares e a todos em geral. Viva o Furacão! Mas, Sr. Presidente, passo aqui à leitura do expediente. (Procedeu à leitura dos documentos que compunham o expediente do dia.)

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 360/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 760/2019, sendo convertido na Lei n.º 21.139; **Ofício n.º 346/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 202/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.145; **Ofício n.º 348/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 362/2016, sendo convertido na Lei n.º 21.137; **Ofício n.º 354/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 43/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.138; **Ofício n.º 356/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 110/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.150; **Ofício n.º 350/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o

Projeto de Lei n.º 215/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.149; **Ofício n.º 347/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 279/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.146; **Ofício n.º 358/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 214/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.142; **Ofício n.º 352/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 452/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.154; **Ofício n.º 351/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 121/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.151; **Ofício n.º 349/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 175/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.152; **Ofício n.º 353/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 370/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.147; **Ofício n.º 355/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 52/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.148; **Ofício n.º 363/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 259/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.144; **Ofício n.º 357/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 31/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.153.

Era isso, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados, que tínhamos para o presente momento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa dos nossos amigos Vereadores de Francisco Beltrão, Oberdan Raul Saretta, Pedro Eduardo Bernardon, mais conhecido por Tufão, e do Assessor Ademir Kovalski. Sejam bem-vindos à nossa Casa. Com a palavra no Pequeno Expediente, Deputado Galo.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usou da palavra o Sr. Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, o atleticano Romanelli, antes de começar, aqui, Romanelli, Vossa Excelência está pronto, preparado, *Banda B, Transamérica*, como comentarista, Vossa Excelência vai dar *show*, oh!Meu

querido Doutor Batista está ali orando. Oração faz bem. Vamos começar. Senhoras e senhores, cumprimentar todos que nos acompanham pela *TV Assembleia*. Eh, *TV Assembleia*! Todos que se encontram aqui presentes. Duas situações. A primeira existe uma música muito antiga que é *Aprendi com os pobres de Paris*, uma música muito bonita. Mas ontem à noite parei embaixo do viaduto que vai para o Detran, duas situações, um homem e uma mulher embaixo de uma marquise. A sensação que tive naquele momento, era uma e meia da madrugada, da *madruga*, vinha de um evento, que ele estava morto. Parei o carro ali em frente a uma empresa de veículos, fui, olhei, o *cabra* estava com um cobertorzinho somente, uma garrafa de cachaça do lado, a mulherzinha encolhida para outro canto, cheia de jornal. Lembro-me do jornal porque também já me cobri com jornal, o jornal esquenta. Ajoelhei-me, peguei e o *cabra* estava frio. Falei: *Esse cara está morto*. Tentei chamar socorro, mas o telefone não atende. Então, mais alguns instantes, uma pessoa de uma Kombi para e ele foi reanimado. Ele foi reanimado, sentou, estava grogue, olhou para um, outro e ficou olhando assim por alguns segundos me encarando e encarando outro senhor que estava parado. Falávamos: *Você está bem? O que você está sentindo?* Depois de alguns segundos, ele fez assim: Ah? Ah? E já passou a mão na garrafinha de cachaça que estava ali para tomar. Não me manifestei. Ele tomou e, quando tomou, fez: *Ah! Não. Estou bem! Estou bem!* Ele repetiu três vezes: *Eu, eu, eu estou bem*. Não, ele não estava bem. Se disser aqui o que fiz vai parecer que estou querendo medalhinha. O que fiz não é o caso. Só que se andarmos pela nossa Curitiba, ela está lotada embaixo das marquises, prezado Deputado Goura, deles, abaixo da linha da pobreza. Não há um trabalho social que possa resolver isso, por meio das nossas ações sociais? Será que a Prefeitura está prestando atenção? Que além de estar cheia de radares, estamos cheios também dos nossos irmãos e irmãs. O que sou mais do que eles? O sangue, se apertar lá, o deles é vermelho e o meu é vermelho. Não existe sangue azul para diferenciá-los. Em uma pesquisa recente, realizada pelo meu próprio gabinete, encontrei um senhor que já foi dentista. Encontramos um médico que conversou, mostrou e disse: *Faz oito anos que deixei a Medicina, depois de uma tragédia que aconteceu no momento em que era*

médico. Ouvi isso. Está gravado. Continuando, a nossa cidade está lotada, as praças estão lotadas – desculpe a palavra – de pobres, miseráveis, a palavra é muito forte para falar miseráveis. Mas, pelo jeito, a administração pública de Curitiba os considera miseráveis. *Ah, mas a FAS faz um bom trabalho*. Não, a FAS pega a sua Kombi e aplaudo os funcionários da FAS, que faz um trabalho magnífico, mas não são eles, fazem um rito, têm que sair e têm cumprir. Ontem, por exemplo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ilustre Deputado Galo, um minuto para concluir.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, gostaria de usar um pedacinho do horário da Liderança. Permite-me?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, horário da Liderança. Ok.

DEPUTADO GALO (PP): O senhor me permite? Não serão 10 minutos, prometo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok.

DEPUTADO GALO (PP): Então, senhoras e senhores, chego à minha casa, não sou adepto a banho quente, gosto de um banho frio. Mas depois tomei um chá quente, um cobertor com um acolchoado maravilhoso, com um bom pijama e lá estava o Galo *deitado*, quente, com uma bela de uma televisão. Antigamente, olhava da cerca para olhar o vizinho, para poder assistir à televisão dele. Hoje, se compra nas Casas Bahia televisão em 60 vezes, tem até consórcio. Mas eles nas ruas não podem. O que mais me marcou é que perto da rodoviária de Curitiba, ali embaixo da marquise, acho que ainda é o Banco Bradesco, crianças dormindo ali embaixo ao relento. E vivem do quê? De migalhas. Andando um pouco mais para frente vi um homem, em uma lata de lixo pondo a mão e comendo o que estava dentro do lixo. Ele comia com uma vontade, como se tivesse comendo um almoço maravilhoso ou uma janta, socou a mão, esfregava no rosto e comia

desesperadamente. Como é que eu almoço? Como é que deito na cama com os meus cobertores quentes? Senhoras e senhores, lamento dizer que a Prefeitura Municipal de Curitiba, ou seja, quem mais for, não está cumprindo o que é constitucional. Não se cumpre exatamente nem o mínimo necessário possível de um percentual de apoio. Não são moradores de rua, são os jogados na rua, criamos essa história de moradores de rua.

Deputado Goura (PDT): Deputado Galo, permite um aparte?

DEPUTADO GALO (PP): Com prazer Excelência, Deputado Goura.

Deputado Goura (PDT): Agora que o senhor está no horário da Liderança, que podemos aparteá-lo. Deputado, quero aproveitar para parabenizá-lo, o senhor trazer a discussão justamente da população em situação de rua, que aqui em Curitiba temos visto nos últimos anos um acréscimo, claro, devido à miséria, devido à carestia que acomete o Brasil. E quero convidá-lo, Deputado, e todos os demais Parlamentares, dia 24 de agosto, com o Tribunal de Justiça, vamos fazer uma Audiência Pública, Deputado Tadeu Veneri, a Comissão de Direitos Humanos, se o senhor também puder participar, o senhor sempre traz essa temática, essa preocupação, esse olhar humanista e social, para debatermos com o Movimento Nacional da População em Situação de Rua o que tem que ser feito. E aqui se o senhor me permitir, uma das discussões, das diretrizes que se coloca, as pessoas estão sem moradia, muitas delas sem apoio da família, então, a grande reivindicação é moradia primeiro, é moradia primeiro. Temos que garantir que as pessoas tenham teto, tenham dignidade, tenham acesso a um banho, tenham acesso à volta à dignidade humana. Então, Deputado, mais uma vez parabenizá-lo, dia 24 de agosto, aqui no Tribunal de Justiça, faremos essa Audiência Pública com o Movimento Nacional da População em Situação de Rua.

DEPUTADO GALO (PP): Excelência, agradeço, não estarei presente porque tem a convenção do PP em Londrina dia 23. Lamento. Mas V.Ex.^a é preparadíssimo, com o Professor Doutor Tadeu Veneri. Dito isso, quero entrar agora em um rápido assunto, prometi ao Presidente Traiano ser rápido.

Deputado Nelson Luersen (UNIÃO): Concede-me aparte, Deputado Galo?

DEPUTADO GALO (PP): Sim, Excelência, por favor.

Deputado Nelson Luersen (UNIÃO): Deputado Galo, quero parabenizar V.Ex.^a por tratar de um assunto tão delicado. Fico feliz de ver que temos muitos brasileiros e paranaenses que não se conformam com essa situação, porque a partir do momento que nos conformarmos com isso, com esses cidadãos que estão à mercê da sociedade, cidadãos vulneráveis, pessoas que têm envolvimento com drogas, com alcoolismo, crianças abandonadas, aí o ser humano realmente deixa de fazer o seu papel, que é olhar para a sociedade de forma igualitária. E a solução, V.Ex.^a disse bem, a solução é educação de qualidade, é termos uma saúde de qualidade, moradia para dar dignidade para as pessoas, e claro, se a pessoa tiver dignidade, tiver uma moradia, ela vai buscar o emprego. Agora, se ela sair lá da rua, mesmo ela sendo qualificada para um emprego e ela buscar um emprego maltrapilho como ela está hoje, infelizmente, a nossa sociedade é discriminatória, não vai fornecer esse emprego para o cidadão. Então, quero parabenizar V.Ex.^a por esse discurso, por essas colocações, e dizer que é algo que nos preocupa muito porque realmente tem aumentado muito nos últimos anos. Parabéns pelas colocações, estamos juntos nessa luta, que é de todos os seres humanos, de todos aqueles que são de bom coração e se preocupam com o seu semelhante. Obrigado.

DEPUTADO GALO (PP): Deputado Luersen, é uma honra ouvi-lo. Senhoras e senhores, quero entrar em outro assunto, e é rápido. Assassinato. Fui falar com o Tadeu Veneri a esse respeito, e o Tadeu Veneri fez de tudo na Comissão da qual ele preside, e vai ser rápido. Era noite, aproximadamente 18h30, um jovem vem com a sua moto, em Araucária, uma *blitz* da Guarda Municipal de Araucária, ele olha, segundo informações do seu pai, que é meu assessor: *Pô, estou sem documento*. Deu uma vazada, deu uma esticada, deu uma acelerada, e a Guarda Municipal, boa de tiro: “Tau”. Meteu um balaço nas costas do menino de 21 anos, que acabou ainda, com a moto um pouco mais para frente, e tombou morto. De lá

para cá fomos ouvidos, levei o meu assessor ao gabinete do Deputado Tadeu Veneri, muito gentil, atendeu-nos, procurou fazer de tudo o que estava a seu alcance, nada a reclamar do prezado Doutor Tadeu Veneri. Mas aí, Delegado de Araucária, você acha que é dono do mundo, *vêio*? Você sentou em cima do inquérito policial. A polícia de Araucária não se manifesta. E vou fazer uma denúncia aqui. Segundo informações, a pedidos, a Guarda Municipal de Araucária é intocável. Menino de 21 anos, deixa uma criança de três meses, agora ele deve estar já com ano e alguma coisinha, e o inquérito policial não sai das barras da polícia. *Estamos apurando*. Apurando o quê? Depois de um ano, Araucária, vocês estão apurando o quê? Alô, Prefeito de Araucária. Você acha, Prefeito, que você é dono do mundo? Você acha que o menino é assassinado, é jogado em uma vala, o pai, que é meu assessor, um dos bons assessores que tenho, e a Polícia de Araucária, a Polícia Civil de Araucária, não termina esse inquérito. Por que o inquérito não está sendo terminado? Responda-me aí o Delegado de Araucária, que sei lá quem é, e nem quero saber, o que quero é que resolvam e solucionem esse inquérito. Um menino de 21 anos foi assassinado pela Guarda Municipal de Araucária. Fiquei quietinho, esperei um ano, um ano, dois meses, três meses, e não há solução de um crime, onde existem diversas testemunhas. Aliás, o jovem foi acusado de ser bandido. Levantaram a ficha dele, a ficha é limpa, recém tinha deixado o Exército. E aí a Polícia Civil de Araucária responde: *Estamos vendo, vamos fechar o inquérito, vão fechar o inquérito*. Já apelei aqui ao Líder do Governo, meu prezado Deputado Marcel, nada a ver com o Marcel, mas ele disse: “Galo, vamos tentar conversar, sim, vamos levantar”. Mas tem que ter influência política em uma coisa que é obrigação? Por que neste País tem que ser assim? Influência, tentativa de “carteirada”. Não dou “carteirada”. A minha carteira de Deputado o meu cachorro comeu a metade, ela só serve para isso, sei lá nem que cor tem essa carteira, nem sei onde está, o que tem aqui é revolta de ver que temos que usar a força política para dizer para o Delegado: *Delegado de Araucária, cumpra o seu dever, cabra*. E quem está falando aqui é o Deputado Galo. Não vou quebrar esse púlpito aqui, vou parar de bater. Então, o Delegado Geral, não vou bater, querida, o Delegado Geral, não adianta falar com o

Rockembach que ele não vai me atender, então, apelo ao Líder do Governo para falar com o Doutor Mesquita, para ligar para Araucária para que peguem esse inquérito e tentem resolver, pelo amor de Deus, que o pai chora todo dia de lembranças de um filho de 21 anos que foi assassinado com um tiro nas costas. Não é bandido, nunca foi. Senhor Presidente, desculpe, às vezes *saio da casinha*, mas é revolta. Vida longa, e ao nosso grande comentarista, Deputado Romanelli, salve.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela Liderança do PT, Deputado Tadeu Veneri. Antes da fala do Deputado Tadeu, vou pedir ao 1.º Secretário que faça a leitura de uma mensagem do Governo que acaba de chegar à Casa.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, do Governador do Estado do Paraná, Carlos Massa Ratinho Junior, Mensagem n.º 56/2022, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 327/2022), que dispõe sobre os serviços de transporte ferroviário de pessoas e bens no Estado do Paraná. Será obviamente analisado nas Comissões Temáticas da Casa, tema de relevância para o Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra, Deputado Tadeu.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Tadeu Veneri (PT); Requião Filho (Oposição); e Marcel Micheletto (Governo).

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, bom dia. Senhor Presidente, antes de iniciar aqui, só quero dar um comunicado a esta Casa. Ontem foi feita uma Audiência, um Agravo de Instrumento, 0067562/2020, 8.16, que é sobre as escolas cívico-militares, e entramos, a APP, sou também parte da causa, entramos com Agravo de Instrumento pela forma como foi feita a consulta. Era para ser julgado ontem e não

foi, a Sessão foi até às 21 horas aqui na 6.^a Câmara do Tribunal de Justiça, mas foi adiado o julgamento. Por que entramos com esse Agravo? Porque sabemos como foram feitas, Deputado Goura, as consultas durante o período em que as escolas que estavam elencadas como sendo as escolas que possivelmente estariam no regime cívico-militar, fizeram a consulta, praticamente, de um dia para o outro, sem que a comunidade escolar fosse comunicada, sem que os professores e funcionários, na maioria absoluta, soubessem o que significava a escola cívico-militar, com uma votação feita de forma aberta, ou seja, não havia privacidade do voto, em frente aos que estavam votando ficava um responsável pelo Núcleo, os professores que eram contrários não podiam entrar nas salas, então, um processo totalmente viciado. E fizemos esse questionamento porque entendemos que todo processo deveria ser suspenso. Falei isso, inclusive, quando aqui era o Líder o Deputado Hussein Bakri, que deveria haver um processo de revisitar, rever esse processo quando, por mais de um ano não houvesse interessados em diretor, ou monitor nas escolas cívico-militares. É sabido que das 199 escolas hoje, só temos 56, 58 que têm, aliás, agora teremos mais porque a figura do diretor e do monitor se limita apenas à parte de disciplina, não há mais nenhuma outra atribuição que não seja disciplina. Com todas as situações que, muitas vezes, temos visto, uma delas foi agora recente, de um diretor pegando o aluno pelo pescoço e levando o aluno pelo pescoço, coisa que sabemos que não é o método que se adequa à educação e não é o método que se adequa, principalmente, a esse tipo de faixa etária. Mas cumprimento aqui o Dr. Ludimar Rafagnin, que fez a sustentação. Estamos aguardando aqui a próxima etapa, esse julgamento. Lembrando que tanto tínhamos razão, Deputado Requião, que a lei foi mudada. A primeira mudança da lei foi essa, com relação à consulta. A segunda foi aquela que diz que em vez de pagar diárias vão pagar agora gratificação. E aí cabe só uma, talvez, um alerta para os policiais que estão hoje na reserva e que assumem as escolas cívico-militares, coisa que não foi feita. Quando você já tem uma remuneração, no caso tem uma aposentadoria, e recebe outra remuneração, incide imposto de renda, coisa que não acontecia, Coronel Lee, quando era pagamento de diárias. Tem muitos policiais que não estão sendo

alertados e que, ao término do ano, vão receber uma conta de imposto de renda muito maior do que imaginam. Isso será uma situação muito desagradável, porque as pessoas que hoje só pagavam impostos relativamente, pouco imposto, falei isso inclusive, aliás o advogado do Deputado Fruet também alertou isso, recebiam um determinado valor, e agora, como tem uma segunda remuneração, e falo isso só porque sou aposentado do INSS, R\$ 3.882,00 por mês, e pago mais imposto pelo INSS do que pagaria se fosse só aqui, porque é uma segunda remuneração, incide sobre todo o valor recebido. E me parece que é preciso alertar os policiais que queiram, que se habilitem para serem monitores ou diretores. Mas, dito isso, Sr. Presidente, quero fazer aqui uma ponderação a respeito de um Projeto que o Presidente Jair Bolsonaro enviou à Câmara Federal, o Projeto de Lei que pretende, Projeto de Lei n.º 1.583/2022, ele acaba com a obrigatoriedade de o Estado brasileiro destinar o dinheiro do pré-sal para a educação e saúde. Isso faz com que o Governo, de uma tacada só, consiga arrecadar R\$ 400 bilhões, que são os valores do Fundo. Temos o Fundo do pré-sal, todos conhecem aqui, o Fundo do pré-sal foi criado em 2010 no Governo do Ex-Presidente Lula, e com essa mudança, como falei, são R\$ 398 milhões, para gastar como bem entender. Isso há pouco mais de 60, 70 dias das eleições. Ontem era para ser votado esse Projeto. O Deputado Requião me informou que não foi votado porque houve um ataque de *hacker*, que não é só o Tribunal de Contas, Deputado Homero, houve um ataque de *hacker* no sistema do Congresso Nacional. Aliás, o Deputado Homero ontem pontuou e já soube também que o Tribunal de Contas voltou, desde maio não estava com seu *site* no ar, e voltou agora a operar. E de quebra esse PL, que muda toda a lei do petróleo, que é a Lei n.º 12.734/2012, de quebra o PL autoriza a União a vender toda a parcela a qual ela tem direito sob o petróleo extraído do pré-sal no regime de partilha, “o que Bolsonaro propõe, é que ele possa vender toda produção futura, adiantar esse dinheiro e financiar coisas, que não se sabe quais são, mas certamente, em um ano como este tem muita relação com a reeleição, se isso for votado”. Eu, particularmente, espero que não seja. E acredito que não será votado, até porque o Congresso votou ontem a LDO. E entra agora em um processo muito mais voltado para as eleições de outubro do

que propriamente para outra pauta. E ao votar a LDO, inclusive, vai liberar, para aqueles que são, como o Deputado Micheletto aqui, os outros Deputados são ligados à agricultura, sabem que talvez agora liberem o Plano Safra. O Plano Safra foi anunciado há 15 dias, R\$ 390 bilhões. Só que até agora não se sabia da onde sairia o dinheiro. Foi anunciado. Foi dito que sairia o dinheiro e já estamos com 15, 20 dias, quem trabalha com a agricultura, não é o meu caso, mas quem conhece, conheço a agricultura por conta de trabalhar no Banco do Brasil, no crédito agrícola, sabemos que nesses 15, 20 ou 30 dias, se não houver plantio, se atrasar o plantio, principalmente na região Sul e parte da região Sudeste, haverá um grande problema nessa safra, que é a safra de milho, que inicia agora, os Deputados de Campo Mourão conhecem bem essa realidade, porque é uma região agrícola, e teremos um grande problema. Os bancos já receberam os recursos, ou seja, já foi destinado o quanto irá para cada banco, mas não receberam ainda de qual é a fonte, como que o Governo vai equalizar, porque o Plano Safra, na verdade, só é uma parte daquilo que o Governo paga como subsídio para fazer a diferença do juros Selic. Ou seja, tem a taxa Selic que o banco cobra e o Governo Federal coloca um dinheiro a mais para que essa taxa fique menor para o crédito agrícola. Quinze dias atrás anunciaram. Hoje é 16. Até agora o dinheiro não saiu. Hoje é quarta-feira. Se não sair até segunda-feira, estaremos com 20 dias, Deputado Cristina, 20, 22, 23, 25 dias, e quem trabalha com agricultura sabe a diferença que faz um mês no período de plantio. Então, além dos problemas que tivemos no ano passado, Deputado Micheletto, com a safra de milho, com toda a seca, depois aquelas duas geadas muito fortes, espero que não tenhamos este ano esse problema. Mas, feito esse parêntese, volto ao que me traz aqui. Durante essa terça-feira deveria ter sido votado e, infelizmente, não foi, a CNTE fez um balanço do que significa retirar esse valor e vender toda a produção futura do pré-sal. Estão retirando da educação, caso esse Projeto do Presidente Bolsonaro venha a ser aprovado, R\$ 200 bilhões que deveriam ser destinados à educação, à saúde, à ciência e à tecnologia, à cultura, ao esporte e ao meio ambiente. Não bastasse toda a tragédia que estamos vivendo, acabamos tendo, algumas vezes, mais surpresas e surpresas extremamente desagradáveis.

Nesse último período, esta é apenas uma de muitas perdas da educação, Professor Lemos. Segundo estudos do Professor Nelson Amaral, da Universidade Federal de Goiás, entre 2014 e 2021, o Ministério da Educação perdeu 37,7 bilhões em receitas, considerando apenas os efeitos da Emenda Constitucional n.º 95, que é o teto de gastos, que congelou por 20 anos o teto de gastos. Trinta e sete bilhões. Aí começamos a entender por que as escolas estão caindo aos pedaços, por que as universidades não têm, às vezes, como aqui no caso do Paraná, e mesmo na Universidade Federal, não têm sequer papel sulfite, esse papel para fazer cópias, não existe. Em 2021, o MEC sofreu um corte de R\$ 1,55 bilhão no orçamento reduzido frete aos anos anteriores, que já somam mais de 5 bilhões as sobras dos recursos não aplicados pelo Ministério, especialmente em ações de colaboração com estados e municípios, principalmente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Então, é uma situação muito caótica, Sr. Presidente, e que, particularmente, acho que nós aqui da Assembleia Legislativa temos que acompanhar... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): ... isso não vai impactar apenas, e já seria muito, as Universidades Federais, os Institutos Federais, vai impactar diretamente os municípios no repasse que é feito para esses municípios. Então, entendemos que é preciso defender o Fundo social do pré-sal; é lutar pela recomposição das perdas de impostos; é impedir que os postos de petróleo e gás, ainda não explorados na camada pré-sal, sejam privatizados, e manter a exploração da Petrobrás no pré-sal. Espero que isso seja bandeira para todos os candidatos, independentemente dos seus Partidos, nesta eleição, que será dia 3 de outubro, porque, este, sem dúvida nenhuma, é um tema que vai além dos Partidos, é soberania nacional. Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa dos Vereadores de Barracão, Cabo Bellan e Jusse, por solicitação do

Deputado Coronel Lee. Sejam bem-vindos. Na Liderança da Oposição, Deputado Requião Filho.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente, prezados colegas. Escutei uma anedota, uma conversa de corredor, a “rádio corredor” lá do Palácio Iguaçu me contava que o nosso Governador, Soldado Adriano, andava muito bravo pelos corredores. E esbravejou para um assessor dele: “Eu não aguento mais, isso não para de me atrapalhar”. E o assessor, preocupado, falou: “Mas o quê, querido Governador Juninho, o que o atrapalha, que posso ajudá-lo?”. Ele falou: “A realidade, a realidade tem me atrapalhado muito”. E a realidade no Paraná realmente atrapalha o Governo agora que acabaram as propagandas. E o que quero dizer com isso? Tivemos ontem, aqui, um minuto de silêncio pelas vidas dos PMs Fabiano Sobrinho e Ramon Pastori Goulart. O Soldado Fruet pediu isso para nós. Meu amigo, Soldado Fruet, você sabia que a Estrada Boiadeira foi inaugurada com pompas e circunstâncias há poucos dias no Paraná? Teve foto, teve Deputado convidado, teve discurso, teve aparato de segurança. Fizeram a festa! Uma inauguração pré-eleitoral. Por que pré-eleitoral? Porque a obra não estava concluída. Meu amigo Goura, a menos de oito quilômetros da onde foi feita a festa, acaba o asfalto e foi onde os nossos policiais se acidentaram. A culpa não é diretamente do Governador, meu amigo Marcelo Micheletto, mas a culpa é da preocupação com a festa sem a preocupação com a realidade. A propaganda foi feita e estava linda, Deputada Mabel, mas, o fim das obras, onde acaba o asfalto, não estava sinalizado, não tinha avisos. Foram esses dois nobres policiais militares que sofreram um acidente e um acidente nada mais é do que um acidente: fatal, triste, mas um acidente. Não é culpa de ninguém, mas poderia ter sido evitado se tivéssemos, como Estado do Paraná, nos preocupado com a realidade além da festa, além da propaganda. A estrada acabava, do nada, assim como acabou o Governo Ratinho com o fim da propaganda. De repente, sem nenhum aviso, sem nenhuma informação, tínhamos um degrau e uma estrada de terra, de areia, que custou a vida de dois policiais, Deputado Romanelli. Poderia ter sido a minha, poderia ter sido a sua, que assim como eu e alguns outros Deputados, roda bastante de carro o Paraná e por diversas regiões. Não tinha

aviso, uma irresponsabilidade. Não tinha sequer uma sinalização dizendo: “A estrada acaba”. E isso está sendo mostrado nas redes sociais de populares da região e o *Umuarama News*, um *blog* da região, coloca isso de forma bem clara. A minha vó me dizia, eu muito jovem, namorando, queria casar, estava lá, apaixonado, inclusive o Romanelli foi, posteriormente, ao meu casamento, e ela me dizia: “Meu filho, quando você casar, lembre-se que existe o depois da festa. Depois da festa tem que morar junto; depois da festa tem que lavar a roupa; depois da festa tem que pagar boleto; depois da festa você tem que fazer o casamento funcionar”. “Juninho” se preocupou só até a festa da posse, esqueceu que tinha que pagar boleto, que tinha que fazer as coisas acontecer, que tinha que governar o Estado do Paraná. E assim tem sido: inaugurações, festas, tudo muito lindo, mas a realidade, na hora de pagar os boletos, o Governador não está presente e isso custou a vida de dois policiais. Isso tem sido assim em diversas áreas do Governo do Paraná: *muita espuma para pouco chope*. Não funciona! E temos que trazer essa realidade à tona, meu colega, Deputado Fruet. Vamos além da propaganda, vamos à realidade que tanto atrapalha a vida do Governador. O preço da água e da luz, o abandono dos agricultores, a cobrança de impostos dos pequenos e microempresários paranaenses, o abandono total à indústria paranaense com benesses incríveis para grandes empresas multinacionais e fiscal na porta dos nossos industriais paranaenses. O Estado que um dia já foi modelo, um Estado um dia que já foi exemplo a ser seguido pelo Brasil, um Estado um dia que orgulhava os paranaenses, hoje se encerra na festa e se encerra na propaganda. Mas, como todo casamento que não tem reciprocidade, este Governo chegou ao fim. Tenho certeza de que o Paraná irá se divorciar desse pessoal tão preocupado com a festa, com a rede social, com os *likes* e tão pouco preocupado em devolver ao povo do Paraná aquilo que lhe foi dado: foi-lhe confiado o voto e foi dado um voto de confiança para trabalhar, para fazer, para acontecer. E o Paraná só fez propaganda nos últimos anos. E essa preocupação com a propaganda apenas, custou a vida de dois policiais. E digo: poderia ter sido qualquer um de nós. Temos que nos preocupar com a realidade e a realidade que anda atrapalhando este Governo. Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença das nossas Vereadoras de Guaíra, Karina Bach, Cristiane Giangarelli e Mirele Cetto Leite e da Assessora Jurídica, Luana Carolini, por solicitação do Deputado Galo, a quem nos associamos. Sejam bem-vindas aqui à nossa Casa. Da mesma forma, do Secretário de Planejamento de Céu Azul, Sr. Eliezar José Brizola, do Procurador Jurídico Danilo Lazarotto Junior, do Diretor Tributário Jessé Nei Depler e do Vereador de Peroba do Oeste, Rodrigo Fritzen, e esposa Juliana, por solicitação do Deputado Luiz Fernando Guerra. Sejam bem-vindos. Com a palavra, Deputado Marcel Micheletto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Também quero aqui fazer uma saudação aos nossos vereadores de Guaíra, vereadores dos municípios vizinhos que se fazem presentes; também têm vereadores aqui de São Miguel do Iguaçu, Prefeitos, vi aqui o Presidente também da Mrios. Também a nossa saudação a toda Bancada do Legislativo Municipal. Olha, até não ia fazer o discurso aqui, mas fico impressionado de ver pessoas que falam do Paraná apenas ouvindo os *blogs*, jornais, não saem daqui desta Casa para andar o Paraná. Já disse há alguns dias atrás: coloca uma botina no pé e anda o Paraná, gente! Pelo amor de Deus! E aí fazem discurso aqui, querem trazer retóricas, trazer para a campanha política. Deputado Requião Filho, vai à Estrada Boiadeira pelo amor de Deus, coisa que seu pai não conseguiu fazer! Entregamos, estive lá no dia. Vossa Excelência tem que cuidar quando fala aqui. São alguns lotes que foram entregues. Aquilo que está de responsabilidade do Estado está pavimentado, está entregue! Aí V.Ex.^a vem aqui, agora, tentar jogar nas costas do Governador Ratinho Junior que a culpa é dele da morte dos policiais. Pelo amor de Deus, gente! Para de ver *blog* tendencioso. Pega sua caminhonete e vai andar lá e vai passar lá na Estrada Boiadeira que está construída, coisa que seu pai, com três mandatos de Governador, não fez, não teve capacidade para isso! Não acabou com o pedágio, não abaixou, já perdeu duas eleições. Novamente venho dizer aqui para V.Ex.^a: para de viver nessa bolha! Nem o pessoal do PT fala do seu pai, não fazem defesa. Então, assim, não entendo. Já pedi semana passada: vamos ter responsabilidade, vamos ter cautela,

vamos falar para a população com a verdade. É isso que precisa. Quantas obras estruturantes estão acontecendo neste Governo. Três anos e meio de Governo, obras tiradas do papel há décadas, décadas. Coisas que não fizeram no passado e vemos aqui Deputados tentando jogar nas costas... Deputado Jonas, V.Ex.^a que conhece a realidade daquela região, a importância da Estrada Boiadeira para gerar progresso, riqueza, desenvolvimento para o noroeste, porque tem gente aqui que se diz Deputado, que fala que conhece o Estado e viveu a vida inteira dentro de palácio. A vida inteira *mamando na teta* do povo paranaense e agora quer fazer retórica política, porque não conhece o Estado. Vai visitar a obra da Boiadeira. Estivemos lá. Importante trecho. Leia mais, peça para a assessoria te orientar melhor. São lotes e o lote que está o Governo do Estado, está implantada, pavimentada e entregue. Agora falta outro pedaço que é o DNIT que tem que fazer, é o Governo Federal. Não coloque nas costas do Governador algo que V.Ex.^a nem sabe o que está falando, nem sabe o que está falando. Fica ouvindo *blog* e daí temos que vir aqui trazer a verdade, fazer esse contraponto e mostrar, mais uma vez, que V.Ex.^a tem que caminhar o Estado. Põe uma botina no pé, vai conversar com o povo paranaense. E a realidade é outra. A realidade é outra. Vossa Excelência, seu pai, está fazendo um grande esforço para novamente deixar V.Ex.^a aqui na Assembleia Legislativa, porque vou ter que te dizer, Deputado Requião Filho, V.Ex.^a que deveria estar disputando o cargo contra o Governador Ratinho Junior, não o seu pai, que já está em casa e, depois de duas eleições, o povo paranaense pediu para ficar lá. Vossa Excelência que deveria, sim, sair desta Casa, andar o Paraná e disputar a eleição contra outro jovem, que é isso que V.Ex.^a não consegue fazer e fica aqui fazendo retórica mentirosa e tentando colocar nas costas do Governador algo que V.Ex.^a não sabe e não conhece, porque V.Ex.^a só fica aqui a vida inteira dentro dos palácios e não conhece o Estado do Paraná. Não minta para a população paranaense e depois não faça os seus videozinhos cortando aqui para colocar no *Instagram*, para tentar mudar aquilo que o povo da região do noroeste conhece e sabe. Passe lá, vai lá e pergunte para o povo do noroeste se a Estrada da Boiadeira não é boa para avançar, melhorar a vida daquele povo que está lá. É que V.Ex.^a não anda o

Paraná, não conhece e faz retórica aqui mentirosa. Não é do Governo do Estado o problema daquele trecho que está faltando. Onde é do Governo do Estado está pavimentado, entregue, e estive na inauguração. Depois de 50 anos, governadores que não tiveram a capacidade de fazer, o Governador Ratinho Junior, com o Governo Federal e a Itaipu, realizou esse sonho do noroeste, tão importante para o Estado do Paraná. Era isso que queria dizer, Presidente Traiano. Obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Anibelli Neto (MDB), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bühner (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Pacheco (REP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD) e Tiago Amaral (PSD) **(41 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa:** Adelino Ribeiro (PSD), Alexandre Curi (PSD), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Luiz Carlos Martins (PP), Nereu Moura (MDB), Ricardo Arruda (PL) e Tião Medeiros (PP) **(9**

Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: Maria Victória (PP), conforme art. 97, § 4.º do Regimento Interno; Marcio Nunes (PSD), conforme art. 97, § 4.º do Regimento Interno; Luciana Rafagnin (PT), conforme art. 97, § 4.º do Regimento Interno, Gilson de Souza (PL), função administrativa (4 Parlamentares).]

Projeto que necessita de Apoioamento.

Projeto de Lei: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Autuado sob o nº 326/2022, do Deputado Tercílio Turini, que insere no calendário oficial de eventos turísticos do Estado do Paraná a Festa de São Pedro do Deizinho do Vermelho, do município de Rolândia. Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiado.**

Passamos aos Itens da pauta.

Temos cinco redações finais. Faremos votação simbólica.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 578/2021, de autoria da Deputada Maria Victória, que institui o Dia Estadual do Museu.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 608/2021, de autoria do Deputado Anibelli Neto, que denomina Rodovia Isidoro Dalchiavon o trecho da PR-566 que liga o município de Itapejara D'Oeste ao entroncamento com a PR-562.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 87/2022, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Claudio José Gama de Almeida.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 206/2022, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 7911/2022, que latera as Leis n.ºs 12.216, de 15 de junho de

1998, que cria o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário, e a n.º 17.838, de 19 de dezembro de 2013, que cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados.

ITEM 5 – Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 5/2022, de autoria da Comissão Executiva, que reconhece para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos termos da solicitação do Governador do Estado do Paraná encaminhada por meio da Mensagem n.º 51, de 27 de junho de 2022.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

ITEM 6 – 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 385/2019, de autoria do Deputado Soldado Fruet, que obriga as empresas que desejam contratar com o Estado do Paraná, suas autarquias, empresas públicas e fundações a comprovar o cumprimento das leis e decretos no que concerne à inclusão do aprendiz. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda, Comissão de Defesa dos Direitos da Juventude e Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente, do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Substitutivo geral da CCJ. Vamos apreciar neste turno o substitutivo geral aprovado em 2.ª Discussão. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO GOURA (PDT): A Oposição pede voto “*sim*”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo também pede voto “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Enquanto aguardamos a votação, o Deputado Homero está convidando todos os Deputados para, sexta-feira, estarem em Maringá para comemorar o seu aniversário em um grande evento que ele vai promover em Maringá. Estão todos convidados aí.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, é meu aniversário na sexta-feira, mas não vou fazer comemoração hoje e amanhã. Agradeço muito pela lembrança, pela brincadeira. Farei 39 anos. Tenho receio até de a Lei Eleitoral denunciar isso aí ao vivo, mas...

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Só estrada de chão, Presidente. Só estrada de chão.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Só vou se o Romanelli for, senão não vou.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Estarei presente com certeza e vou levar um bolinho, inclusive.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): O Fruet Independente pede voto “*sim*” também, viu!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): É Bancada Independente?

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Os Independentes pediram voto “*sim*” aqui, Presidente. Só lembrando os Independentes do Fruet.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): A Bancada Independente é “*sim*”, “*sim*”. Aí não tem independência não, todo mundo “*sim*”, senão o *bicho vai pegar!*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada:
[Votaram Sim: Alexandre Amaro, Bazana, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago

*Amaral (33 Deputados); **Não Votaram:** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Del. Jacovós, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Nereu Moura, Plauto Miró, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (21 Deputados).]* Com 33 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o substitutivo geral.**

Solicito ao 1.º Secretário que faça a leitura de duas Mensagens que acabam de chegar aqui à Casa também.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, recebemos aqui da Governadoria duas Mensagens que foram assinadas pelo Governador do Estado do Paraná, Carlos Massa Ratinho Junior: Mensagem n.º 57/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 328/2022), que altera dispositivos da Lei n.º 16.575, de 29 de setembro de 2010, que dispõe que a polícia militar do Estado do Paraná (PMPR) destina-se à preservação da ordem pública, à polícia ostensiva, à execução de atividades de defesa civil, além de outras atribuições previstas na Legislação Federal e Estadual e dá outras providências; e Mensagem n.º 58/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Complementar (autuado sob o n.º 6/2022), que estabelece critérios para os Índices de Participação dos Municípios – IPM na cota-parte do Imposto sobre Operações Relativas Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS. É o novo Fundeb que obviamente esta Casa deverá apreciar e é um tema da maior relevância. Apenas me deixe ver uma coisa aqui, se não veio... A Mensagem n.º 58 traz, em função da relevância do tema, e como o prazo nosso é 26 de agosto, traz o pedido de regime de urgência, que é constitucional. Em relação ao da Academia da Polícia Militar não há regime de urgência. Então, seguimos em frente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa dos Vereadores de Goioerê, Fabiano Barboza e Fábio Plaza, por solicitação do Deputado Adriano José.

DEPUTADO GALO (PP): Presidente, *pela ordem*. É o Galo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): É rápido. Hoje, é o *Dia Internacional do Rock*. Grato.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Dia Internacional do quê?

DEPUTADO GALO (PP): Do Rock.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Pensei que era do Vitor Roque, Excelência.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 413/2020, de autoria do Deputado Soldado Adriano José, que dispõe sobre o exercício de função de piloto de aeronaves, operados pela polícia militar e pelo corpo de bombeiros do Paraná, pelos praças da polícia militar e do corpo de bombeiros do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Segurança Pública e Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação. Substitutivo geral da CCJ.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos submeter ao voto o substitutivo geral. Para encaminhar, Deputado?

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Soldado Adriano.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Soldado Adriano.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputados e Sr.^s Deputados, subo aqui para falar sobre a segunda votação do PL n.º 413/2020, que estabelece a função de piloto de aeronaves, a ser exercido pelos Praças da Polícia Militar do Estado do Paraná. Dizer que nesse Projeto de Lei não há quebra de hierarquia, porque os nossos oficiais podem continuar sendo comandantes de qualquer operação que estiver sendo realizada ou que precisar ser realizada, na forma como já ocorre hoje, porque hoje quem pilota, quem dirige uma viatura da Polícia Militar? É um Praça. O Praça pilota a viatura, dirige, é motorista da viatura; e o Comandante, o Oficial sempre está ali ao lado. No caso do piloto, o Praça pode ser o piloto e o Oficial nada impede de ser o Comandante para realizar as nossas operações. Hoje, dentro da estrutura militar, quando visitamos os municípios de porte menor, os Praças já estão comandando operações. Por quê? Porque são eles que comandam um destacamento. Senhores Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quando forem visitar os municípios das bases dos senhores, tenham por curiosidade visitar um destacamento da polícia – lá estará um Soldado, um Cabo, um Sargento ou até mesmo um Subtenente, o destacamento que tiver polícia. Hoje não há nenhuma lei federal e nenhuma lei estadual que impeça o Praça de ser piloto de aeronave. Lembrando que os Praças têm esse direito. Por quê? Porque cumprem tudo o que é exigido pela Agência Nacional de Aviação Civil. Eles pagam o curso teórico do próprio bolso, eles adquirem as horas-voo necessárias e exigidas pela Anac, que eles também pagam do bolso, então eles têm todos os requisitos para serem pilotos de aeronave. Dizer que há um entendimento hoje dentro do Governo para que os nossos Praças sejam valorizados, Líder Marcel Micheletto, e isso já começou a acontecer dentro do Governo. E, para que os Praças sejam valorizados, não precisamos desvalorizar os nossos Oficiais, apenas e tão somente fazer justiça. E esse Projeto de Lei acredito que vem justamente para fazer justiça. Ontem, no debate aqui de ideias, que é aceito, foi falado pelo Parlamentar Coronel Lee: “Não coloque palavras na minha boca, Soldado”. Meio que me inferiorizando. *Soldado*, meio que me diminuído. Quero dizer que tenho o maior orgulho de ser um Soldado

da Polícia Militar. Aqui dentro não é um quartel da polícia. Aqui dentro somos todos iguais e o meu voto é igual ao voto de todos aqui e sempre procurei, desde o meu primeiro dia de mandato, respeitar todos. Muitas vezes divergimos de pensamentos aqui dentro, isso é normal em uma democracia, mas o que jamais pode acontecer é desrespeitarmos no campo pessoal. Por isso peço, por questão de justiça dentro da Polícia Militar do Estado do Paraná, o voto “*sim*” a este brilhante Projeto que foi construído e na data de ontem foi votado pela maioria dos Parlamentares aqui nesta Casa, Sr. Presidente.

DEPUTADO CORONEL LEE (PDC): Para encaminhar, Presidente. Coronel Lee.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Coronel Lee.

DEPUTADO CORONEL LEE (PDC): Senhor Presidente e Sr.^s Deputados, realmente falei isso, Deputado Soldado Adriano. Cortei a minha fala porque iria chamar de Soldado Fruet, enganei-me, daí cortei e não lembrava o seu nome na hora. É por isso que falei isso! Iria chamar o senhor de Fruet. É por isso! Simples! Quanto à injustiça, Sr. Presidente, a injustiça que fala que os Praças não podem pilotar, o nobre Deputado Soldado Adriano está simplesmente enganando os senhores, porque a Anac não tem nada a ver com as instituições militares. Nada! Não é a Anac a quem obedecemos, nós militares, que as Forças Armadas obedecem. É outra situação. Temos que admitir, senhores, que pelo menos 1/3 da Escola de Oficiais, pelo menos 1/3 é formado de Praças, são os Praças da nossa corporação que entraram no nosso campo, no nosso quadro, Combatentes, somos da Infantaria. Esse quadro de combatentes, de infantaria, senhores, vou repetir, é composto de pelos menos 1/3. Todo ano, todo ano a nossa tropa ingressa nesse quadro. Tem outros quadros, como Oficiais Médicos, Oficiais Bioquímicos, Dentistas, Veterinários, de Administração. Então, são vários campos para entrar na Polícia Militar. Não queremos que uma instituição de quase 170 anos se dobre aos caprichos de uma pessoa! Temos uma tradição, não só uma tradição, trouxe ontem vários aspectos jurídicos, vou trazer, trouxe aspectos

técnicos e vou lhes trazer outros aspectos técnicos agora, senhores, a saber. Um especialista, temos que ouvir, senhores, especialistas militares e acho que neste recinto posso me incluir como especialista, fui Subcomandante do Choque do Paraná e fui Comandante do Bope, então, fui comandante das maiores forças operacionais militares do Estado. Então, sabemos do que estamos falando, senhores! Não podemos quebrar a espinha dorsal da nossa corporação. Tecnicamente, expliquei já e não vou ser repetitivo. Vou explicar para os senhores por que um tanque de guerra, um blindado de guerra, um tanque, é comandado por um Sargento, por que uma linha de blindados, de tanques do Exército pode ser comandada por um Sargento. Por que, senhores? Porque ele está na terra, ele tem tempo hábil para pedir informações, para pedir autorização, para pedir orientações de seus superiores. Uma aeronave, senhores, não tem tempo para isso, uma aeronave em combate não tem tempo, ele é um comandante supremo. Acabei de falei para os senhores, falei ontem e vou falar hoje. Um comandante de aeronave é o comandante supremo da aeronave e das operações terrestres. Como é que vamos colocar um Soldado, por mais capacidade... Não tenho capacidade, não tenho nem formação para pilotar e sou um Coronel! Mas um Soldado, ele tem, sabemos, pela Anac ele está formado, mas temos uma coisa chamada hierarquia e disciplina. Como é que ele vai comandar as operações terrestres se tem um Coronel lá embaixo, se tem um Tenente lá embaixo? Então, temos muitas outras situações. É por isso que um blindado também, senhores, uma linha de blindados, de tanques, pode ser comandada por um Praça. O Deputado Soldado Adriano acabou de falar: *Como que viatura o Soldado dirige?* Sim, é outra coisa. Não confundam. Então, ele está subestimando a inteligência dos senhores e da nossa tropa. A nossa tropa, quando ele fala: *A nossa tropa está contra isso*. Não está. Eles não são tão assim limitados. Vou dar outro exemplo, senhores. Por que uma linha de blindados do Bope do Rio de Janeiro é comandada por um oficial superior, por que não pode ser comandada por um Soldado? Simples, quando ele sobe naquele morro, as operações são outras e ninguém questiona isso, ninguém questiona esse poderio. Então, senhores, operações terrestres são uma coisa, operações aéreas são outra. Infelizmente, Sr.

Presidente, aqui não conseguimos um êxito com a nossa emenda. Temos que dividir, senhores, uma coisa é transportar pessoas e transportar carga, isso pode ser qualquer piloto, inclusive os civis; outra coisa são operações aéreas. Ontem mesmo estava aqui o Deputado Caputo, que não está aqui, ele falou para mim, ontem, veio contar que o pai, acho que o avô dele, participou da Força Aérea da Itália, acho que é italiano, disse que lá ele era Suboficial, Subtenente, mas os pilotos militares daquele país são somente de Capitão para cima, simples. Por quê? Operações aéreas. Senhores, vamos ser lembrados. Nós, aqui desta Casa de Leis vamos ser lembrados, porque existe uma coisa que fala autoridade *versus* responsabilidade. Aqui temos autoridade para fazer leis? Sim, temos autoridade, mas não temos a responsabilidade do que vai acontecer ali na frente e vamos ser lembrados disso, senhores. Estou fazendo a minha parte. Quando eles falam, muito se prega, aqui, inclusive, vou colocar nome, pelo Soldado Adriano José, nosso Deputado. Ele prega muito Oficial contra Praças. Senhores, isso é uma coisa eleitoreira? Foi a minha fala eleitoreira? Tem quantos coronéis no Paraná, senhores? Vinte. Vinte homens são Coronéis. Quero o voto de 20 homens? Estou explicando, senhores, o que está acontecendo ou o que vai acontecer com a sua Polícia Militar, não é a minha, é a sua. Obrigado, Presidente.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente, para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Evandro.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Senhor Presidente, quero contribuir com o debate. Assim, fico satisfeito quando temos um debate de prós e contras e ouve as partes de maneira respeitosa, como foi agora feito pelo Deputado Coronel Lee e como foi feito também pelo Deputado Soldado Adriano. Qual a contribuição que quero dar? Quando o Projeto chegou à CCJ tinha um texto. Fizemos uma alteração nesse texto, por meio de um substitutivo geral e foi tirada aquela obrigatoriedade que estava implícita no texto, de que como isso se daria. Então, parecia, sim, invadir a competência. Falamos de constitucionalidade ontem, mas o

texto que foi apresentado, queria só tranquilizar alguns Deputados e o próprio Coronel Lee, aceito, claro, o contraditório, só quero pedir aqui aos Deputados um pouquinho de silêncio, porque o texto que apresentamos é um texto assim, essa lei assegura que percentual de vagas destinadas ao exercício da função de piloto de aviões, helicópteros, operados pela Polícia Militar do Paraná e pelo Corpo de Bombeiros, seja preenchido por Praças devidamente habilitados segundo as exigências da Agência Nacional de Aviação Civil e demais regulamentos do Comando-Geral da Polícia Militar, regulamentos aplicáveis. Então, assim, tomamos o cuidado de que no parágrafo único, que diz o seguinte: “Ato do Comando-Geral da Polícia Militar estabelecerá qual será esse percentual de vagas e a que se refere o *caput* do presente artigo, a ser preenchido pelos Praças”. Então, deixamos a critério, sob responsabilidade do Comando-Geral da Polícia Militar estabelecer que percentual de Praças seria isso e ir além disso somamos, Deputado Romanelli, as regras que seriam colocadas pelo Comando-Geral em relação a essa inclusão dos Praças, podendo pilotar aeronaves, podendo exercer a função de piloto de aviões e helicópteros. Então, só queria deixar claro que o respeito à hierarquia, a decisão do Comando-Geral de estabelecer esse percentual foi resguardada, foi preservada no Projeto. Além do mais, se o Comando-Geral quiser colocar outros critérios ainda, dar mais critérios, ele pode colocar. Então, assim, penso que o texto da maneira que está, ele obedece, dialoga com a característica e especificidade da Polícia Militar, preserva isso e não agride essa hierarquia que é a preocupação que está sendo colocada aqui. Esse é o meu ponto de vista, aceito o contraditório, mas penso que podemos votar “*sim*” com tranquilidade.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Mais uma vez quero aqui dizer aos Deputados, entendendo todo esse debate, quero novamente deixar a Bancada da Base livre para poder fazer a sua votação. Então, está liberada a Bancada para fazer os seus votos.

DEPUTADO GOURA (PDT): A Oposição pede voto “*sim*”.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Senhor Presidente, solicito ajuda do pessoal da informática, por gentileza.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como votam os Deputados Delegado Fernando, Anibelli Neto, Doutor Batista, Elio Rusch e Francisco Bühner? O Deputado Guerra votou. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mauro Moraes, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet e Tercílio Turini (31 Deputados);* **Votaram Não:** *Coronel Lee e Tadeu Veneri (2 Parlamentares);* **Abstenções:** *Mabel Canto, Marcel Micheletto e Tiago Amaral (3 Parlamentares);* **Não Votaram:** *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Del. Fernando Martins, Elio Rusch, Gilson de Souza, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Maria Victória, Michele Caputo, Nereu Moura, Plauto Miró, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (18 Deputados).]* Com 31 votos favoráveis, dois votos contrários e 3 abstenções, **está aprovado o substitutivo geral.**

Os Itens 8 e 9 faremos votação agrupada, por serem matérias correlatas.

ITEM 8 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 629/2021, do Deputado Artagão Junior, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Guarapuavana Mundo Azul, com sede no município de Guarapuava. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 9 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 101/2022, de autoria dos Deputados Gugu Bueno e Guto Silva, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Membra Vocal e Orquestra de Câmara de Cascavel, com sede no município de Cascavel. Parecer Favorável da CCJ.

Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO GOURA (PDT): A Oposição pede voto favorável.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo também pede “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^s

Deputados: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (34 Deputados); **Não Votaram:** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Elio Rusch, Gilson de Souza, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nereu Moura, Plauto Miró, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (20 Deputados).] Com 34 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos de Lei n.ºs 629/2021 e 101/2022.**

ITEM 10 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 410/2019, de autoria do Deputado Gilberto Ribeiro, que institui o Dia Estadual da Mulher Cristã, a ser comemorado anualmente no primeiro domingo do mês de março. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO GOURA (PDT): A Oposição encaminha voto “*sim*”, Sr. Presidente.

DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO): Presidente, não estou conseguindo votar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O seu voto é “*sim*”, Deputado Mauro?

DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO): É “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Guerra, seu voto, por favor, Jacovós. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (35 Deputados); Não Votaram:* *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Elio Rusch, Gilson de Souza, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Maria Victória, Michele Caputo, Nereu Moura, Plauto Miró, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (19 Deputados).*] **Com 35 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 410/2019.**

ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 662/2021, de autoria da Deputada Cristina Silvestri, que altera a Lei n.º 20.234, de 4 de junho de 2020, que institui a Campanha Estadual 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão de Segurança Pública. Substitutivo geral da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, a Oposição também encaminha voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como vota o Deputado Soldado Adriano José? Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Elio Rusch, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (36 Deputados); Não Votaram:* *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Maria Victória, Michele Caputo, Nereu Moura, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (18 Deputados).*] **Com 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 662/2021.**

ITEM 12 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 257/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 43/2022, que altera dispositivos da Lei n.º 12.243, de 3 de agosto de 1998, que considera áreas especiais de interesse turístico e locais de interesse turístico, áreas e localidades situadas nos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Turismo e Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais. Regime de urgência. Em discussão.

DEPUTADO GOURA (PDT): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para discutir, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, prezados Deputados e Deputadas, já adianto que o nosso encaminhamento da Bancada de Oposição é contrário ao presente Projeto, PL 257/2022, que altera atribuições do Colit, o Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral do Estado do Paraná. Não peço apenas o voto contrário da nossa diminuta, mas orgulhosa Bancada de Oposição, mas peço o voto contrário de todos os Parlamentares. A proposta do Governo do Estado, leio, ela diz que o Colit teria como prerrogativa manifestar-se previamente por sua Secretaria Executiva sobre projetos urbanísticos e de edificações com três ou mais pavimentos. Entendemos, Sr. Presidente, que essa é uma proposta inconstitucional, é uma proposta que enfraquece os mecanismos de participação, que enfraquece os conselhos e aqui estamos falando de um conselho muito importante, que se há críticas ao Colit, se existem problemas na sua atuação, que esses problemas sejam corrigidos, mas não é possível que apenas, Deputado Tadeu Veneri, o Secretário Executivo tenha o poder de deliberar sozinho sobre essas questões. Entendemos que o Conselho como um todo deve, sim, ser ouvido, o Conselho e todos os Conselhos são meios pelos quais a população pode, Deputado Bazana, exercer a sua participação, o seu poder também de decisão, pode influenciar as políticas públicas. E a proposta do Governo segue em regime de urgência, ela foi protocolada dia 13 de junho. Ontem tivemos a discussão na Comissão de Meio Ambiente, e fazemos aqui o pedido também que não foi totalmente atendido, de que o Projeto fosse discutido em outras Comissões, ele apenas passou pela Comissão de Turismo, Deputado Fruet que a preside, pelo Meio Ambiente, mas também outras Comissões já estão previstas e não foram atendidas, em especial entendemos que a Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais seria uma Comissão importante em que esse Projeto deveria tramitar. Entendemos também que aqui, como disse, no fundamento da nossa Constituição Federal, que fala do exercício da cidadania, no exercício direto do poder pelo povo, também previsto e normatizado pelo Estatuto das Cidades, o Projeto em si fere essa prerrogativa, também a desobediência aos princípios constitucionais da administração pública, a legalidade, a publicidade e a eficiência. E também, Sr. Presidente, é uma

proposta absolutamente arbitrária. Vamos discutir o mérito na sequência, mas não se fala em nenhum momento por que isso está sendo colocado. O Projeto não foi discutido pelo próprio Conselho, não foi discutido pelas pessoas que participam, pelos Conselheiros, e o pleno do Colit aprovou, por unanimidade, pela manutenção do Conselho na sua forma deliberativa, consultiva e normativa, conforme registrado em Ata na sua 72.^a Reunião Ordinária. Também, Sr. Presidente, a contrariedade às normas que criaram e definem as atribuições do próprio Conselho, são os Decretos Estaduais 4.605 e 7.948, afronta o Decreto Federal 5.300, que regulamenta o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, também a Lei da Mata Atlântica. Senhor Presidente, sabemos que o Governador Ratinho Junior, desde o início, já falei em Plenário, pretendia enfraquecer o Colit, e agora no final do ano, no final do seu mandato, estamos vendo esse Projeto de Lei tramitando de forma apressada aqui na Assembleia. Fazemos um pedido, Deputado Marcel, Líder do Governo, que esse Projeto possa ser amplamente discutido com os Conselheiros, com a sociedade civil, com os municípios do litoral. E lembrando também, o próprio Conselho é presidido pela Sedest, pelo órgão ambiental, temos a presença das Prefeituras no Conselho, temos um Conselho que é representado majoritariamente por órgãos do Governo. Então, queremos que o Projeto seja devidamente discutido, e o nosso encaminhamento é contrário, pedimos o voto “*não*” ao PL 257, que enfraquece e desmonta o Conselho do Litoral do Paraná.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, data vênia aos argumentos expostos aqui, permita-me também inclusive falar do meu posto aqui, até porque tenho direito como Parlamentar também de exercer aqui a minha opinião, mesmo sendo 1.º Secretário da Casa, ainda mais de um tema tão

relevante quanto esse, porque, é claro, estamos discutindo constitucionalidade hoje, neste momento. O Deputado Goura, claro, nos seus argumentos, avançou um pouco em relação ao mérito, mas penso que do ponto de vista da constitucionalidade, nós, como legisladores ordinários, temos absoluta competência, fomos nós que votamos a lei que estabeleceu as competências do Conselho do Litoral, e compete também a nós, legisladores, fazer as alterações que são necessárias, a partir inclusive de que há aqui a reserva nesse caso da origem do Projeto de Lei, que é do Chefe do Poder Executivo, ele guarda justamente a manutenção da vigência com todos os seus princípios da Lei 12.243, que estabelece os critérios e objetivos em relação à observância do uso do solo nos seus mais variados aspectos no litoral, isso tudo está mantido, e ao mesmo tempo, Deputado Goura, escrevi há muitos anos, há 15 anos, 16 anos, um livro, que é *O direito da moradia à luz da gestão democrática*, trabalhei muito sobre controle social, sobre as formas de controle social. O fato concreto é que um órgão como o Colit não pode ter competência executiva, à medida que não se pode sobrepor à análise técnica que é exclusiva do órgão ambiental para um órgão que é colegiado, inclusive com membros da sociedade civil organizada, das mais diversas áreas, que não têm competência de análise técnica sobre o tema que está sendo tratado. As alterações que estão sendo propostas são muito pontuais, que visam de um lado garantir que possamos manter nos municípios aquilo que é competência dos municípios em relação aos seus planos diretores, inclusive sobre licenciamento de edificações, e ao mesmo tempo garantir a absoluta transparência sem que haja sobreposições de competências institucionais. O órgão que deve licenciar ambientalmente é o Instituto Água e Terra, quando for o caso, quando for o caso também pode ser o Ibama. A legislação aplicável qual é? É a legislação federal, quando é o caso, o senhor citou o exemplo da restinga, é o Código Florestal Brasileiro que tem ser aplicado para definir o que é restinga, ali está bem descrito o que é restinga. Então, a observância disso é pelos órgãos competentes para fazer o licenciamento. Então, o fato concreto é que não se trata aqui de flexibilizar nenhuma norma, ao contrário, é adequar à legislação vigente e fazer com que tenhamos, diga-se de

passagem, mesmo quando foi criada essa lei, nunca, nunca se previu que o Colit fosse tratar sobre licenciamento, para as senhoras e senhores saberem disso. Há, de fato, uma redação equivocada na lei, no art. 2.º. Então, por isso essas alterações. São alterações pontuais e necessárias. E, efetivamente, todos sabem, estamos passando por um processo, neste momento importante, em relação a um grande Projeto de desenvolvimento socioeconômico e ambiental do nosso litoral. O grande investimento que está sendo feito, da revitalização da orla de Matinhos, todos sabem, a parte visível é o engordamento da praia. A parte invisível que é maior e mais importante, inclusive, é a parte toda de micro e macrodrenagem que vai resolver um problema histórico daquela região, porque outros Governos também já investiram. Investiram em água, investiram em saneamento. O Governo Requião, especialmente, resolveu o problema da falta de água no litoral. Depois começou o saneamento. O Governo Richa investiu em saneamento. Digo assim, é uma sequência de fatos. E o Governador do Estado Ratinho Junior decidiu mesmo. E é um discurso que, muita vezes, agride algumas pessoas, mas é o seguinte, não podemos mais acompanhar, enquanto Santa Catarina é Miami e somos Haiti aqui. O nosso litoral é melhor do que o de Santa Catarina. Temos que investir no litoral. E essas obras todas são obras importantes. Agora, o Colit é um órgão importante, consultivo, deliberativo, normativo, vai continuar com as suas ações, que são fundamentais na sua análise, mas temos que fazer uma adequação para que não haja sobreposição institucional, exclusivamente é nesse ponto que estamos alterando a legislação. Por isso que quero...

DEPUTADO GUTO SILVA (PP): Permite-me um aparte, Deputado Romanelli?

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Não posso conceder aparte a V.Ex.^a no encaminhamento.

DEPUTADO GUTO SILVA (PP): Desculpe. Então, vou pedir para encaminhar ao Presidente.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Acho que V.Ex.^a tem que pedir para encaminhar. Mas peço as Sr.^{as} e Sr.^s Parlamentares o voto “*sim*”, porque

conheço bem o tema. Por outro lado, também sou sensível às questões ambientais e sei que, na verdade, o que estamos aprovando aqui hoje é da maior importância para o desenvolvimento, sem perder de vista, naturalmente, a preservação do meio ambiente e as intervenções no litoral que continuam todas muito bem definidas os seus princípios na Lei n.º 12.243/1998. É isso. Peço voto “*sim*”.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Para encaminhar, Sr. Presidente.

DEPUTADO GUTO SILVA (PP): Para encaminhar, Presidente, de forma muito sucinta.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Deputado Nelson solicitou.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Quero encaminhar rapidamente, apenas para lembrar aos Sr.^s Deputados, que estamos hoje votando a constitucionalidade de um Projeto importantíssimo. E o Deputado Romanelli, como o Deputado Goura, avançaram um pouco. E o Deputado Romanelli foi muito feliz ao dizer que temos que regulamentar algumas coisas nesse Projeto, realmente. Surpreende-me, porque imaginava que o Governador Ratinho fosse extinguir esse cancro que se chama Colit do nosso Estado. Já que não o faz, pelo menos vamos consertar algumas coisas que têm que ser consertadas. Esse Conselho não pode deliberar e atrasar o que ele já atrasou. Já contei uma história aqui, mas vou repetir, só para que V.Ex.^{as} entendam o sofrimento de quem vive no litoral. Sou Deputado há 32 anos. Não era Deputado quando participei da primeira reunião do Colit. O Governador era o Governador Álvaro Dias. Uma senhora solicitou vista do Projeto do Plano Diretor de Guaratuba e Matinhos. Esse Projeto foi devolvido 22 anos depois. Esse é o Colit que tanto progresso deu ao nosso litoral. Queria só dar essa contribuição, porque no mérito vamos discutir mais tarde. Obrigado. E parabéns, Deputado Romanelli, V.Ex.^a conhece do assunto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Guto.

DEPUTADO GUTO SILVA (PP): De forma muito sucinta, já que estava querendo encaminhar o encaminhamento do Deputado Romanelli. Ele foi muito feliz na apresentação dos seus argumentos. E aqui relembro também o Deputado Nelson, que conhece bem a realidade do Colit. O primeiro ato formal do Governador Ratinho Junior foi extinção do Colit por decreto. Depois tem toda a discussão jurídica e agora volta em forma de Projeto de Lei para poder fazer os ajustes. Foi muito bem resumido, Romanelli, que não há sentido, não há lógica, do ponto de vista constitucional, legal, um órgão deliberativo para tratar o futuro do debate do litoral. É importante lembrar que muitos membros do Colit não são do litoral. Então, debate que discute o litoral por uma maioria que tem interesse aqui em Curitiba, muitas vezes, e que não está preocupada em discutir com profundidade a questão socioeconômica, mas apenas uma esfera de debate do ponto de vista político. Então, acredito que o Governo está corrigindo, está atualizando esse Projeto de Lei e tenho convicção de que essa peça ajustada vai poder dar voz e eco à população do litoral. Parabéns, Romanelli, pela defesa. E obrigado, Traiano, pela gentileza do espaço.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos à votação, então, Sr.^s Deputados. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Quero fazer um apelo a toda a Base e aos nossos Deputados para votarem “*sim*”.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, a Oposição pede voto “*não*” e apresentaremos emenda em 2.^a discussão.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Voto “*sim*” pessoal, pelo progresso do nosso litoral. Voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Nelson Justus, seu voto.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, só um breve comentário. O Deputado Romanelli, mais uma vez, comparou, com todo o respeito, Deputado Romanelli, mas as praias do Haiti são das mais lindas do mundo. Acho que a comparação que o Governador, muitas vezes fala de Santa Catarina, como uma referência urbanística e o Paraná como o Haiti, é uma comparação um tanto xenófoba, que deveríamos evitar. Falo com todo o respeito a Vossa Excelência. E poderíamos, sim, ter a melhoria, sim o desenvolvimento do nosso litoral, ninguém aqui é contra o desenvolvimento do litoral, queremos apenas o aprofundamento do debate. Já falei isso, porque o Governador em vários momentos fala isso. Acho que é uma comparação desrespeitosa. O Paraná acolhe muitos haitianos e temos que ter o máximo de respeito a todas as nações.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*. A prática é o critério da verdade. Inclusive quando era Secretário do Trabalho criei um programa específico para acolher os haitianos que para cá vinham trabalhar. Ao mesmo tempo o Haiti é um país lindo, mas extremamente explorado durante séculos. É um país pobre, sem desenvolvimento econômico e social, infelizmente para a tristeza daquele povo. Quando se compara, na verdade, é que ele tem um grande potencial. Ele poderia ser um país rico e próspero, infelizmente as condições objetivas o mantêm pobre. Temos no nosso litoral a comparação é essa, queremos desenvolver o nosso litoral. É isso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Mauro Moraes, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (31 Deputados); **Votaram Não:** Goura, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (4 Parlamentares); **Não Votaram:** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior,

Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Maria Victória, Michele Caputo, Nereu Moura, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (19 Deputados).] Com 31 votos favoráveis, dois votos contrários e 3 abstenções, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 257/2022.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimentos n.ºs 2339 a 2343/2022, do Deputado Plauto Miró, solicitando o registro e envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Alvino Cordeiro Pinto; Andres Pais Mendez; Lais Schmidt de Andrade; Maria da Luz Marcondes Ribas; e Vera Lúcia Araújo de Abreu; **Requerimento n.º 2344/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Infraestrutura e Logística e ao Diretor-Geral do DER/PR, requerendo a pavimentação asfáltica da Rodovia PR-090 (Estrada do Cerne), no trecho entre o município de Campo Magro ao Distrito de Abapã, município de Castro; **Requerimento n.º 2345/2022**, do Deputado Michele Caputo, solicitando o registro e o envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Sr. Mario Fernando de Camargo Maranhão; **Requerimento n.º 2346/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando envio de menção honrosa ao Sr. Apóstolo Enoc Pinheiro de Góes; **Requerimento n.º 2348/2022**, do Deputado Francisco Bühner, solicitando o registro e envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Sr. Luiz Antônio Negrão Dias; **Requerimento n.º 2350/2022**, do Deputado Michele Caputo, solicitando o envio de expediente ao Secretário da Educação do Paraná, requerendo o retorno e manutenção dos serviços prestados pelo Centro Regional de Apoio Pedagógico especializado de Cascavel, pelo menos até a implementação, urgente, na forma da Lei Federal n.º 13.935/2019, de atendimento de equipe multidisciplinar com

assistente social e psicólogo nas 93 escolas do Núcleo Regional de Educação de Cascavel e funcionamento do Centro Regional de Apoio Pedagógico especializado de Cascavel.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.º 2347/2022**, do Deputado Cobra Repórter, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 11 de julho de 2022; **Requerimento n.º 2349/2022**, da Deputada Luciana Rafagnin, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 13 de julho de 2022; **Requerimento n.º 2351/2022**, da Deputada Maria Victória, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 13 de julho de 2022; **Requerimento n.º 2352/2022**, do Deputado Marcio Nunes, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 13 de julho de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para segunda-feira, dia 18 de julho de 2022, à hora regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 385/2019, 629/2021 e 101/2022; 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 413/2020; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 410/2019, 662/2021 e 257/2022; e 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 105/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 10h49, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)